

## A medida, os meninos

*[...] na história de vida dos meninos não pontificam as perversões lombrosianas, ou as características hereditárias do biologismo criminal, mas sim as histórias de miséria, de exclusão, de falta de escola, de pequenos incidentes que introduzem o jovem a um processo de criminalização que apenas magnífica e reedita a marginalização que seu destino de preto e pobre já marcava. (Batista, 2003, p. 71)*

Estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas socioeducativas foram concebidas para responsabilizar adolescentes entre 12 e 18 anos de idade que cometeram ações consideradas ilícitas. Em sua idealização, devem ser acompanhados para a (e na) construção de outras decisões em suas trajetórias. A virada, em que outras experiências podem ganhar relevo em suas biografias, está associada à vivência de seus direitos sociais em uma largueza de possibilidades, reconhecendo a prerrogativa à cidadania de meninos para os quais historicamente têm sido furtados os horizontes que os faz querer caminhar. Entretanto, a experiência viva de quem chega à medida mostra o desencontro entre a lei e a vida, e que “seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros” (Foucault, 2010c, p. 261).

Meninos da medida vivem imersos em uma coleção de palavras que pouco têm variado ao longo do tempo: *menor, criminoso, indisciplinado, imoral, desleixado, de-*

*sinteressado*. Quando a produção dessas palavras não comparece como um aspecto fundamental da constituição das práticas da medida, há uma construção representacional de uma imagem que a torna algo difícil de ser desfeita, dentro da qual a resposta certa nunca depende dos meninos. Como se estivessem sempre no lugar e na hora errados, vivem tendo de eleger o caminho a seguir numa rota sem derivas possíveis em que todos os trajetos ficam reduzidos a *sim* ou *não*, fazendo com que seu campo de probabilidades seja ininterruptamente circunscrito e restritivo.

Declarações classificatórias os silenciam mesmo quando estão a falar, numa produção de silenciamento que passa despercebida pela medida porque há uma voz circulando; entretanto, falar nem sempre significa produzir alguma coisa de diferente. O tempo fica curto quando os meninos são cobrados a encontrar a resposta certa e muito longo quando suas respostas não combinam com quem as enuncia, já que, dizendo, também geram desconfiança a respeito de suas motivações. Como se produziu um campo que não toma para si as condições de existência daquele a quem se destina atender?

No Brasil, entre 1870 e 1880, enquanto o número de escolas públicas crescia e se especializava na educação distintiva de meninos e meninas, às crianças pobres e negras, fossem escravizadas, fossem libertas, o trabalho era atribuído como destino. Uma racionalidade tutelar justificava decisões tomadas apesar de suas histórias de vida, enunciadas como se estivessem em favor delas. Cem anos depois, esses mesmos meninos institucionalizados – e tornados institucionalizáveis –, agora na Fundação para o Bem-estar do Menor (Febem), foram descritos como aqueles que vivem uma “dupla orfandade”, posto que longe da família e condenados a garantir a própria subsistência com aquilo que a sociedade lhes deixava de resto.

O primeiro Código Penal da República brasileira, de 1890, possibilitava que crianças entre 9 e 14 anos de idade com comportamentos considerados ilegais fossem internadas em instituições disciplinares; o tempo de permanência, sempre desconhecido, ficava a critério do juiz. O prazo não delimitado de contenção os pune até hoje,<sup>5</sup> enodado à imprecisão do que faz ser e permanecer preso, percorrendo a lógica de uma penalidade que nada tem a ver com justiça, mas com “uma prática dos controles sociais ou [de] um sistema de trocas entre a demanda do grupo e o exercício do poder” (Foucault, 2013, p. 98).

Tais meninos receberam de herança um termo que marca quem delinque e é pobre desde a primeira legislação brasileira especificamente voltada para crianças e adolescentes identificados como desviantes, o Código de Menores, de 1927. O *menor*, exposto

---

5 A indeterminação do tempo da medida socioeducativa como uma das formas de punir os meninos será discutida ao longo do trabalho.

como aquele que coloca a vida em risco, e que, em razão disso, precisa ser reprimido, não é construído como tal e tampouco tem sua existência tomada como coisa desimportante sem a narrativa que faz dela um resto. Menores eram os pobres e os negros, mostrando que a vida indigna é um constructo intencional.

Há essa “rede carcerária” falando incessantemente do delinquente, em que exatamente aquilo que se diz funcionar para evitar a sanção, de alguma forma, conduz a ela.<sup>6</sup> Essa rede é feita pela instituição que executa as medidas socioeducativas, pelo posto de saúde, pelos serviços da política de assistência social, pela escola e pela unidade de internação quando reproduzem essa biografia solitariamente desviante, afirmando que a infração se daria fora de uma história social e política.

Quarenta anos depois, pela Lei Federal n. 5.258, de 1967, que tratava das medidas aplicáveis aos menores de 18 anos que praticavam ilegalidades, um menino pobre e, sobretudo, negro, vagando sem destino considerado certo ou que não possuísse meios de subsistência, poderia ser detido. Em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, em 1972, foram assim nomeados os motivos para a internação de crianças e adolescentes: orfandade, aspectos considerados de desorganização familiar, ausência de recursos financeiros, pertencimento a família monoparental (caso de praticamente todos, cujos lares eram cuidados por suas mães), alcoolismo ou doença dos responsáveis, maus-tratos, fuga e abandono do lar, uso de drogas, vadiagem, mendicância e, por fim, cometimento de infração à lei.<sup>7</sup> Condições relacionadas à vulnerabilização marcavam a seletividade que estabelecia o perfil dos ditos marginais. Nesse cercamento cotidiano, como se foge de ser o desviante se, para desviar, basta andar pela cidade sendo quem se parece ser (essa figura que deve ser controlada)?

A ideia de que são irregulares as pessoas, e não suas condições de subsistência, foi mantida no Código de Menores quando reformulado alguns anos depois, em 1979. Negligenciando as violências que atravessavam as trajetórias de vida, as decisões judiciais pautavam-se na concepção de que haveria um perfil de quem nasceu para seguir caminhos censuráveis, devendo ser parado e corrigido, numa lógica de proteção a certa infância brasileira que “sempre esteve subordinada às exigências de defesa social, ou seja, à proteção contra futuros delinquentes. [...] essa prerrogativa acabou por autorizar o controle de crianças e adolescentes em nome da [hipotética] proteção social” (Silva; Gueresi, 2003, p. 7).

Os anos de 1980 carregaram a força dos movimentos sociais em luta por liberdade e pelo fim da repressão militar. No Brasil, ocorreu a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, dois anos mais tarde, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que

6 A expressão “rede carcerária” foi apresentada em Foucault, 2010c.

7 Informações sobre a pesquisa foram retiradas de Trassi, 2006.

inaugurou o direito especial da juventude, vinculando o respeito ao processo legal. Internação, semiliberdade e liberdade assistida, medidas anteriormente existentes, permaneceram na nova lei que, em seu art. 112, apresentou três outras: advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviços à comunidade. Abolindo a Doutrina da Situação Irregular, o Brasil afirmava a Doutrina da Proteção Integral como perspectiva de atenção e atendimento à sua infância e juventude, que passa a ser alvo de políticas protetivas e de amparos formados por uma coletividade que ultrapassa o espaço familiar e escolar.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil formulou legislação internacionalmente reconhecida por suas propostas inovadoras, deixando o adolescente de ser responsabilizado pelo que é, passando a sê-lo por aquilo que fez (Méndez, 2008). Considerando-o sujeito em desenvolvimento, a lei afirma a participação social no ato infracional, confirmando a pluralidade de elementos que culminam na ação ilícita. Tendo enunciado que ninguém nasce infrator e que a ilegalidade também decorre de condições materiais, sociais e políticas de vida, em sua redação não lhes relegou a desqualificação da lei anterior. Entretanto, ao passo que foi sendo arquitetada certa especialização na compreensão da adolescência como um tempo de desenvolvimento e do ato infracional como um evento que não define toda a vida de quem o praticou, a nomeação desses meninos como infratores e a noção da infração como um adoecimento ou um desvio individual permanecem justificando práticas de controle dentro das quais jamais terminarão qualquer empreendimento deles esperado, pelo impossível que esse término implica diante de uma sociedade de controle.<sup>8</sup> Na experiência mais cotidiana, a extinção da medida **não** significa o fim da sanção para meninos que deverão continuar sendo observados e advertidos; por isso, ainda que não estejam (mais) confinados, seguirão endividados, permanecendo a lógica discursiva que afirma a necessidade de dispositivos e instituições que separem ricos e pobres, além do controle sobre os últimos. Sem enfrentar a raiz dos problemas que a estruturam, a sociedade brasileira não garante a realização dos direitos sociais desses meninos, e isso os implica cotidianamente, dentro e fora da medida, numa existência impedida (ou que, apenas enfrentando inúmeros desafios, consegue experimentar outras coisas).

Hoje, as perguntas feitas dentro da medida reproduzem outras que eram colocadas num passado anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando percorrer as rotinas desses meninos para, no esboço de sua suposta existência, planejar intervenções que deveriam reconduzir suas decisões. O termo *menor*, ainda em uso e que no campo social os quer reduzir a nada, solicita-lhes insistir muito para fazerem suas

---

8 Conceito trabalhado em Deleuze, 2013.

potências minoritárias advirem, inventando bifurcações e variações dentro desse mesmo termo que lhes é dado.

Os mesmos cursos ou trabalhos lhes são oferecidos e a medida, negligenciando que poderia fazer outras ofertas, supõe o que não poderão ter (e ser), querendo adaptá-los ao desejo homogêneo que configura “uma individualização emoldurada” (Munhoz, 2017, p. 165), pois precisam aceitar qualquer condição de existência conformada para alguém que se pareça com eles, nunca para eles próprios. Cada um desses meninos, quando recebe uma medida socioeducativa, “recebe não só um *status* jurídico, mas uma carreira a ser cumprida” (Violante, 1984, p. 147). A medida localiza a motivação para a infração no íntimo de uma mente supostamente não adaptada e vislumbra que os caminhos para os meninos sejam os já delimitados para o cumprimento dessa carreira, capturando, também na lógica da desadaptação, os instantes em que tentam escapar.

As condições problemáticas de cumprimento da medida de internação Brasil afora têm sido denunciadas em diversos momentos após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir dos anos 2000, o modelo de atendimento Febem teve alterações, sobretudo, em decorrência das inúmeras denúncias de maus-tratos em suas unidades; em 2006, por exemplo, inspeções em unidades de internação constataram, entre outros, que, das trinta unidades visitadas, em dezessete havia reclamações de espancamentos sofridos por adolescentes, dentre outras violações (Conselho Federal de Psicologia; Ordem dos Advogados do Brasil, 2006). Mudanças estruturais se faziam necessárias, o que incluía a construção de projetos pedagógicos e a abertura das unidades para a presença de representantes da sociedade civil.

No que diz respeito à organização da política, a partir de 2005 se deu, em território nacional, o processo de municipalização das medidas em meio aberto. Em dezembro de 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) publicou a resolução n. 119, que aprovou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) afirmando-o como um conjunto de princípios, regras e critérios atravessado pelas instâncias jurídica, política, pedagógica, financeira e administrativa ativado desde a apuração do ato infracional até a execução das medidas. Todavia, como conquistas nesse campo têm sido sempre frágeis, solicitando o combate constante, no final de 2007 foi inaugurada na cidade de São Paulo a Unidade Experimental de Saúde.<sup>9</sup> Fruto de convênio entre as Secretarias da Saúde, de Justiça e de Administração Penitenciária, essa modalidade de atendimento foi criada para admitir adolescentes autores de ato infracional que receberam algum diagnóstico de transtorno de perso-

9 A Unidade Experimental de Saúde teve nova regulamentação (por meio do Decreto n. 53.427, do Governo do Estado de São Paulo) em 16 de setembro de 2008 (Vicentin; Gramkow; Rosa, 2010).

nalidade ou que sejam considerados especialmente perigosos. Meninos ali colocados vivem sem saber quando (ou se) sairão algum dia em função da “indeterminação do tempo de privação de liberdade. [Por isso,] a unidade experimental de saúde em tudo se assemelha a um hospital de custódia e tratamento destinado ao cumprimento de medida de segurança por adultos” (Vicentin; Gramkow; Rosa, 2010, p. 64-65). O tempo, feito um marcador da mudança no outro, viola a vida quando enlaça o menino que precisa entregar algo pouco explanado para que possa estar fora da sanção.

Avaliação realizada no aniversário de 20 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 2010, mostrava a persistência de uma lógica assistencialista no socioeducativo. À época, o relatório lembrava que certa concepção sobre a vida do sujeito socialmente vulnerabilizado reproduzia visão cristalizada sobre ele e, em âmbito nacional, nem mesmo provas do ato infracional eram solicitadas ou examinadas, permitindo haver “decisões díspares, facilitando excessivamente a discricionariedade na apuração da infração praticada e consequente aplicação da medida” (Brasil, 2010, p. 52). A sanção seguia sendo imposta em função de quem cometeu o ato infracional, e não do próprio ato, de forma que “as condições pessoais dos adolescentes permanecem sendo evocadas como justificativa da intervenção socioeducativa, configurando a persistência de um direito penal do autor no sistema de justiça da infância e juventude” (Brasil, 2010, p. 54).

Em 2012, a Lei Federal n. 12.594 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e afirmou os objetivos das medidas socioeducativas: i) responsabilizar o adolescente quanto ao ato infracional; ii) integrá-lo socialmente, garantindo seus direitos individuais e sociais; e iii) desaprovar a conduta infracional. Uma diversidade de ordenamentos, registros, diretrizes, normativas, documentos, regimentos, além da necessidade de projetos político-pedagógicos, constitui o fazer socioeducativo e as responsabilidades dos diferentes entes em nível federal, estadual e municipal. A execução das medidas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação ficou atrelada à elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de registro, planejamento de metas e objetivos e de acompanhamento das atividades desenvolvidas com cada um. Além do plano individual, há os relatórios elaborados pelas equipes profissionais, que também indicam o desenvolvimento da sanção.

Levantamento sobre o cenário das unidades de internação brasileiras divulgado em 2012 mostrou que, dentre outras violações, estava a centralidade do atendimento socioeducativo em psicólogos e assistentes sociais, pouco participando outros igualmente relevantes, como advogados e pedagogos. Esse dado exibia a dominância das intervenções sobre o sujeito, e não em prol da garantia dos seus direitos. Outra violação era a distância entre a unidade de internação e o território de moradia do atendido,

dificultando as visitas familiares e a presença de outras figuras de afeto que contribuiriam para planejar o retorno de quem estava privado da liberdade ao seu território (Conselho Nacional de Justiça, 2012).

Em 2016, nova pesquisa reafirmou a marca de uma medida socioeducativa executada em função do ato infracional cometido, e não das necessidades de quem o praticou. Na ocasião, foi ressaltada como persistente, na história brasileira, “uma visão linear que descreve e caracteriza, que atende e avalia, que progride ou regride o adolescente dentro do sistema, tão somente pelo ato infracional” (Brasil, 2016, p. 113). Somava-se a isso a persistência de violações, desde a apreensão policial até o término da sanção. Atrás dos muros institucionais, permanecia necessário o combate a uma mentalidade carcerária que produz diferentes violências e, do lado de fora, a uma lógica de patologização de quem comete alguma infração, já que “grande parte [da sociedade] ainda enxerga o adolescente em conflito com a lei como ‘portador’ de uma patologia social e, por isso, deve[ndo] necessariamente ser colocado em reclusão, fora de circulação, quando não exterminado” (Brasil, 2016, p. 115).

Em pesquisa publicada em 2019 e conduzida nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo foi registrado que entre o Sistema de Justiça e o Sistema Único de Assistência Social, que se relacionam, respectivamente, pela atribuição e pela execução das medidas socioeducativas, há um afastamento que dilata o desconhecimento de quem impõe a sanção em relação ao cotidiano dos meninos e dos desafios que as equipes executoras precisam percorrer com eles (Rizzini; Sposati; Oliveira, 2019). Isso revela que mesmo as medidas em meio aberto tendem a ser atribuídas sem que seja considerada a realidade vivida por quem deve cumpri-las, contribuindo para que os envolvidos sejam responsabilizados pela não realização de metas que, de partida, mostravam-se desafios quase intransponíveis por uma pessoa só – por alguém que deve, sozinho, realizar o que tem se mostrado, em muitos casos, irrealizável diante da força social que não deseja a transformação de suas condições de agenciamento.

A medida produz a necessidade de informação e que saiba do menino o que faz, por onde caminha, como vive, com quem se relaciona. Sempre o mesmo, uma certa parte de sua vida. Através da escrita, produz normas, estreitando existências; tece subjetividades e reproduz verdades dentro das quais o menino pode e sabe pouco. Escrever sobre alguém para um terceiro sem a participação desse mesmo alguém ocorre entremeado a dois processos, ao menos: um, que produz o menino como desviante, e outro, que o pune. Ninguém chega diante de um juiz apenas em função da ilegalidade cometida, pois leva consigo também os registros feitos por um perito em seu dizer de especialista que aponta a (ir)regularidade nessa pessoa, punida no que se descreve dela (Foucault, 2010a; 2010c). Perante o juiz, ela é, primeiro, uma construção discursiva. O que ele julga, o ponto sobre o qual assenta o castigo, é pre-

cisamente a suposta anormalidade ou o desvio de quem pratica o ato, e assim, em certo modo de fazer a medida em que há um menino sem rosto e sem história, os relatórios e pareceres determinam a necessidade de curar ou de desentortar um destino que se teria feito torto, pois existe em relação a certa ideia de vida reta. Tais meninos, em uma inclusão degradante, nunca passam a ser vistos com outras lentes.

Assim, diversos documentos, cujas linhas são compostas de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, advogados, sociólogos e psiquiatras, registram o que as equipes percebem deles ao longo do processo socioeducativo. São, frequentemente, uma fabricação documental feita *pelos outros* e não *com* as pessoas sobre as quais falam, restringindo-se a contar o que os profissionais alcançam sobre as vidas e operando, como efeito, a contenção muito mais do que a evitação do delito. Há uma produção de saberes que se propõe a dizer o que acontece dentro de um processo que finda no momento que o juiz define, com base nesses mesmos documentos, que o menino está pronto para seguir seja por ter alcançado o tempo máximo da medida, seja porque atingiu algum lugar supostamente novo. A medida deve examinar a transformação que pretende atingir enquanto se lança a uma elaboração documental em que a principal pessoa não comparece na autoria. Mas, afinal, qual seria esse ponto em que o autor da infração se torna pronto?

Nos últimos anos, apesar de avanços legislativos, com destaque para a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em 2012, a aplicação das medidas de semiliberdade e de internação segue dominante, enquanto as medidas em meio aberto deveriam ser fortalecidas, garantindo o convívio comunitário e o direito à liberdade. Em 2019, relatório apontou a precarização das condições de cumprimento da medida de internação, com “unidades superlotadas e sem condições de higiene e salubridade, [além da] falta de projetos pedagógicos” (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2019, p. 32). Esse tem sido o contexto ao longo do tempo, permanecendo em questão aspectos que estruturam o terreno de quem trabalha e de quem cumpre as sanções, desafiados em um lugar tão fundamental, que é o de sua dignidade, já que a precarização os atravessa constituindo um circuito perverso do qual, sendo vítima, perpetrador ou testemunha, ninguém está fora nem deixa de ser, em alguma instância, violentado.

Recente pesquisa nacional sobre o processo de municipalização das medidas em meio aberto (Bueno; Carvalho; Facundo et al., 2021) mostrou diversos desafios para a execução delas, como a falta de estrutura para a realização dos estudos sociais por representantes do Sistema de Justiça que subsidiam tanto a atribuição quanto o encerramento da sanção, de forma que o Judiciário realiza ambos sem critérios específicos que ajudem a propor ações que melhor apoiariam cada menino, além da estrutura precária para profissionais do meio aberto, contribuindo para a rotatividade das

equipes técnicas e a baixa representatividade dos adolescentes nos Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes. Esses desafios configuram um contexto que, se não determina, dificulta muito o trabalho das equipes e, como efeito, o acompanhamento prestado. Afora isso, violências praticadas contra meninos em cumprimento de medidas foram vinculadas a grupos ligados ao universo criminal e a policiais militares, com maior frequência, durante abordagens policiais, sendo relatadas inúmeras agressões físicas e verbais e práticas de tortura tanto nas ruas e como durante o cumprimento de medidas restritivas de liberdade e de internação.

Nas entrelinhas do cotidiano, o desviante não se constitui pelo ato infracional grave, que é o menos praticado,<sup>10</sup> mas, discursivamente, pelo ato irrelevante que o coloca muito mais em risco, exposto nas biqueiras para a venda de drogas, parado e disponível à chegada dos policiais, ou nas cenas de furto e roubo, em uma fuga que nem sempre tem sucesso. A vida desses meninos é sempre muito mais ameaçada.<sup>11</sup> O fato de a infração ser tomada no discurso social mais difundido como uma questão majoritariamente dos negros e pobres – que seguem predominantes no sistema socioeducativo – contribui para que sejam parados, revistados e apreendidos, sofrendo diversas intervenções em seu dia a dia. Tornando o *menor* uma categoria majoritária (todos representariam uma mesma coisa), produz-se a ideia de que são uma intimidação contínua. Assim, entre a internação e as medidas em meio aberto, parece haver um deslocamento de dispositivos de controle, dominando, no meio fechado, os disciplinares, sobretudo aqueles que agem sobre o corpo, enquanto, no meio aberto, “os dispositivos chamados seriam predominantemente os de segurança e o biopoder, sem, por isso, prescindir das técnicas disciplinares” (Frasseto; Jimenez, 2015, p. 412). Nessa medida, a ação deve ser sobre a pessoa, devendo ela ser mudada, pois, querendo menos (ou querendo pouco), não voltaria a infracionar, adaptando-se à vida que outros lhe disseram que deve levar.

A história recontada mostra o passado no presente. Demonstra que não basta afirmar a não reincidência, que os meninos tenham de dizer *não* ao ato infracional, quando pouco podem se encontrar com a possibilidade de vislumbrar e debater sobre um trabalho que desejam realizar ou as cidades que gostariam de visitar ou a poesia que cada um poderia criar para si. Quando a medida diz *não* à infração, precisa afirmar algo em seu lugar, dizendo sim à vida no alargamento da possibilidade de realização de outras obras. O *sim* à vida consiste em muito mais que a sobrevivência e, para que seja sentido na pele em carne viva, precisa se realizar e encarnar no dia a dia.

---

10 Conforme informado por Brasil, 2019.

11 De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

Os encontros com os meninos nos quais falaram sobre a medida testemunharam a largueza de suas existências e que aquilo que vivem, na sua complexidade e nas sendas que criam para si, fica de fora diante da lei e de sua execução, furtando deles a experiência de se verem como pessoas cuja palavra e vida importam para aquele que os escuta no interior da medida. Há uma dimensão pública da sanção para a qual ela fecha seus olhos, desresponsabilizando-se quando ofusca o fato de que aquilo que vive o menino não se originou apenas de seu corpo individual, sendo efeito de séculos de reprodução de desigualdades sociais. Afirmá-lo é perigoso, pois implicaria a própria medida a se repensar, já que não se trataria mais da modificação de um corpo só (sozinho), exigindo disponibilidade para participar da ampliação das possibilidades de presença do menino no mundo.

## 2.1 A CHEGADA AOS CINCO QUE ME ACOMPANHARAM

*Em dezembro de 2018, a retomada do contato com um serviço que executa as medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de São Paulo, parceiro de trabalhos anteriores, e a intermediação da equipe que ali trabalhava, permitiu o acesso a três dos cinco meninos que participaram da escrita aqui reunida.*

*Os profissionais daquele serviço falavam dos meninos com os quais era preciso conversar, cujas trajetórias de vida faziam uma espécie de cisão nas biografias que geralmente se apresentavam ali: uns, porque gostavam de ler; outros, porque haviam passado por muitas apreensões e internações (mais do que o previsível para “meninos da medida”). Falavam enlaçando uma vida à outra, todas atravessadas por cenas cujos coadjuvantes eram a polícia, a família, a escola, o crime, a violência. Perguntavam-me: como pode a vida vingar quando a polícia ameaça, a escola segrega, o juiz prende e o crime pune?*

*Discorriam sobre meninos cujas experiências ora vingavam em meio ao deserto de oportunidades, ora eram tomadas como totalizadoras de suas vidas, parecendo não restar brechas por onde outras formas de existir pudessem passar.*

*Contavam que muitos dos meninos ali atendidos se esforçavam para conseguir emprego e matrícula escolar, e que suas ações eram tomadas como insuficientes do ponto de vista de determinados juízes que, não vendo emprego conquistado, não notavam o “desejo de mudar”. Aqueles que estudavam, obtinham notas quase sempre abaixo do aceitável. Os que não iam à escola, ao se verem “atrasados”, não cabiam nem na sala de aula, com os mais novos, nem entre os mais velhos, na Educação para Jovens e*

*Adultos. Estavam sem lugar e, sem lugar, a medida não era cumprida; demorava mais – dois ou três anos para muitos deles.*

*Escutei histórias daqueles que haviam passado a adolescência em unidades de internação e que não estavam “mais no crime”. Perguntavam: o que os teria feito “mudar”? No caso de MC Poeta, a leitura de um livro sobre Gandhi foi transformadora; disseram que o encontro do menino com a literatura também o havia aproximado da música e da poesia.*

*Ao ouvir o registro daqueles adultos que o acompanhavam, veio a vontade de usar nova ferramenta na pesquisa: além da palavra narrada, a palavra escrita. No encerramento daquele primeiro encontro, a festa de Natal que ocorreria na semana seguinte apareceu como possibilidade de aproximação, pois seria quando alguns adolescentes estariam presentes e outras conversas poderiam ser iniciadas.*

*Na festa, a chegada a uma roda de meninos em companhia de uma das técnicas daquele serviço foi de grande ajuda. Durante as apresentações, falei dos anos trabalhados em unidades de internação da Fundação CASA, o que despertou a atenção deles. Escutar a palavra **internação** os fez falar das próprias experiências: unidades pelas quais haviam passado, outros meninos que ali conheceram, cursos realizados, violências sofridas e testemunhadas.*

*Com 17 anos, quase não mais podendo ser levado à “cadeia dos menores”, Curió disse que contar suas experiências ajudaria a que outros não passassem por aquilo que havia vivido quando privado de sua liberdade. Para ele, o sofrimento até pode ensinar, mas nem todos precisam aprender sofrendo, já que as histórias de vida de outros também informam sobre as dores pelas quais não se carece passar.*

*No tempo daquela conversa, Curió cumpria medida recebida por ato infracional cometido dois anos antes; soube dela ao sair da internação de oito meses conseqüente a outra infração. Dele, veio a pergunta: “que sentido tem receber uma medida tanto tempo depois do crime?”*

*As conversas com os meninos encadeavam novos temas: não conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente ou o Plano Individual de Atendimento (PIA) porque o conhecimento da lei lhes daria argumentos para brigarem por direitos. Eles assim disseram; era como entendiam o pouco acesso que lhes era dado aos documentos relacionados ao cumprimento da sanção, vividos como segredos. Segredos.*

*Almoço servido, fim de conversa. Encontros marcados para a semana seguinte com alguns que toparam seguir. Antes da partida, MC Poeta apresentou*

*alguns de seus poemas aos convidados da festa; suas palavras fizeram pensar, uma vez mais, que uma história silenciada arrisca esconder a poesia que poderia ser afirmada. E que a palavra importa. Sempre.*

## 2.2 UM JEITO DE APRESENTAR: CARTAS PARA AQUELES QUE EMPRESTARAM SEU OLHAR

*Como começar novamente? Como alcançar a intimidade e imediatez que quero? De que forma? Uma carta, claro. (Anzaldúa, 2000, p. 229)*

Acessar a vida experimentada em um contexto que parece sempre definido de partida, como o da medida socioeducativa, foi incentivo primeiro para as páginas que seguem, e não há como saber o que importa para uma pessoa fora da escuta de sua experiência, cuja realidade extrapola qualquer descrição que dela seja feita. A experiência muda, potencialmente, os modos de existir de um ser: há nela algo de incorpóreo e de incapturável, e um instante faz tudo ser percebido de outra forma. A escuta da experiência acolhe a possibilidade de escapar ao instituído quando alguém acessa o que lhe é próprio, suas marcas. Por isso, conhecer histórias de vida ajuda a olhar para lugares por descobrir.

Retomar uma circunstância vivida permite chegar a intensidades que a povoaram, dando para elas novos lugares, significados em um tempo que passou e que continua a passar. Escrevendo, esses meninos deixavam mais que um registro de si; ao produzirem uma narrativa recontando fatos, divergiam de uma demanda social de esvaziamento do próprio passado em que nada do que viveram importaria ou poderia ser reconhecido, e se apartavam, ainda que temporariamente, da insistente fronteira de um futuro ao qual deveriam para sempre estar submetidos. Apareciam de outros pontos de vista.

Faziam-se escreventes, em uma escrita apreendida como sempre inacabada, assim como a vida o é. O escrevente<sup>12</sup> coloca em cena a palavra para mostrar o que tende a ficar ignorado, desconsiderado, tomado como irrelevante, dando a ver o que, de outra forma, passaria despercebido: o inconstante e o surpreendente que fogem a qualquer plano que seja feito. Tal forma de escritura é atuada, corporificada, seja ela feita sobre o papel, seja falada para um outro que a receba. Nessa escrita de si, uma pessoa sobrevive encontrando-se com o que lhe é mais próprio, formulando uma linguagem através da qual se exprimir passa a ser possível contra muitas adversidades.

Quando os meninos da medida são tomados como todos iguais, apresentá-los individualmente se alia à afirmação de que nenhum relato que qualquer um deles

12 Conceito trabalhado em Foucault, 2016.

fizesse seria tudo o que poderia ser dito e que ninguém jamais poderia ter dito o que cada um deles disse em seu próprio tom. Como suas apresentações foram elaboradas depois que nossos encontros acabaram, eu não poderia escrever como se fosse eles ou como se estivesse com eles. Escrevo, em vez disso, cartas para eles, apostando na palavra que resiste ao que foi naturalizado, mantendo vivo quem se quer, pois, “por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica [...] por guardar-se o que se quer guardar” (Cícero, 2006, p. 11). Essa escrita quer alongar as intencionalidades dos nossos encontros, em certa atenção em relação ao outro e com a certeza do infundável da própria escritura.

A carta permite o acesso à memória, sendo, por isso, “parte importante de uma política de pesquisa que intenta articular escrita, cuidado e experiência” (Battistelli; Oliveira, 2021, p. 693). Tal composição corporifica a intenção de que uma pesquisa acadêmica divirja de uma escrita protocolar, habitando “as relações de saber e poder em que nossos pensamentos são produzidos, tendo por horizonte efetuar deslocamentos em encontros contingentes e romper com o domínio de ideias gerais” (Machado; Fonseca, 2019, p. 11). As próximas cartas foram escritas falando para (e de) cada um dos meninos, em uma defesa de uma micropolítica das relações, trazendo coisas que, efetivamente, cada um disse ou ajudou a escrever no interior de um recorte que não pode ser negligenciado: o da medida socioeducativa, que foi o lugar desde o qual iniciamos a conversar.

A missiva pode contar a história de um tempo e rememorar-lo, resgatando algo que passou e que, ao menos em suas linhas, não se perde mais. As cartas que seguem foram escritas com um “compromisso com a linguagem, com o poder da linguagem e com o ato de ressignificar essa linguagem que foi criada para operar contra [esses meninos]” (Lorde, 2019, p. 54), sabendo que talvez nunca cheguem até eles. A carta traz uma memória e, também, uma presença que se quer perto, guardando, por isso, uma esperança ao fazer esta escritora se aproximar de um horizonte que se fez distante.

*Para MC Poeta:*

*A gente se conheceu na festa de Natal do serviço de medidas onde você cumpria LA. Eu me aproximei sem saber muito de você pra além de que você lia bastante e que isso tinha chamado a atenção da equipe que te atendia. Eles que sugeriram que eu tentasse uma conversa contigo. Na primeira aproximação, você topou o meu convite pra que a gente se encontrasse pra falar da medida. Eu te falei desse jeito mesmo – a medida – porque eu queria saber pra onde tuas ideias iam te levar a partir dessas palavras. Eu também te disse, acho que mais de uma vez, que não saber o que é a medida pra cada menino tem a ver com entender que não existe*

*um sentido único, e que a medida é uma coisa diferente pra cada um. Você concordava.*

*A gente se encontrou algumas vezes na pista de skate que fica na praça ali perto. Você ia encadeando os assuntos uns nos outros e eu tentava não te atrapalhar. Na minha timidez, às vezes é difícil começar uma conversa, mas você sempre falava bastante e rápido, então, quando a gente se via, a timidez não era um problema. Eu fui me dando conta de que você era falador, que você gostava de contar as suas histórias. E era muito bom te escutar.*

*Você contou que o seu pai bebia muito e que a sua mãe usava crack, e que isso fez com que você tivesse que cuidar de você mesmo e das coisas da casa desde cedo. Eu via muita seriedade no seu jeito de falar sobre os seus sonhos de ter um emprego e uma casa própria pra não depender de ninguém. Também, da sua vontade de escrever um diário e contar suas histórias. A gente falou de uns lugares pra ir junto, onde a gente nunca chegou, e cada um mostrou o livro que tava lendo. Eu lembro que o seu era o Sobrevivendo no inferno.*

*Você me disse que achava que o que tinha pra falar não ia interessar a ninguém. Eu te disse que acreditava que não existe só um jeito de dizer as coisas, daí você deu a ideia de escrever a partir dos períodos da sua vida, como a “infância na Fundação CASA”, que foi o primeiro título que você sugeriu. Pra pensar essas coisas do diário, eu li um trecho de um livro que te interessou, era O livro dos abraços. Passando os olhos pelos capítulos do livro, a gente foi se dando conta de que o nome do diário ou dos capítulos dele podiam ser vários, que você podia inventar nomes.*

*As nossas conversas iam sempre num vaivém de lembranças suas sobre a medida. Foram oito passagens pela Fundação, três na internação. A última durou mais, quando você ficou internado no mesmo quarto que o seu irmão. Lembrou das rebeliões e de ter visto situações muito violentas. De lá, só sabia que não queria voltar. Acreditava que a internação não tem nada a ver com a vida fora dela porque, fora, as dores e os dilemas são outros. Passar pela internação não alterava os problemas vividos fora dela. Dizia que meninos como você nem são vistos como cidadão porque não têm direito nenhum, apesar de serem muito cobrados pela sociedade. Do seu ponto de vista, mudar o destino depende de cada um, já que nenhuma ajuda nunca chega perto.*

*Certo dia, no fim de um encontro, a gente combinou que se veria depois de quinze dias, mas isso não aconteceu. Por mensagem, você me contou que*

*a sua avó tinha morrido e que, por isso, você ia ficar mais tempo em casa, cuidando das coisas. Acho que foi um jeito seu que deixou aquilo que a gente tinha falado ser suficiente. Meses depois, tive notícias suas cantando as letras de rap que você mesmo escrevia e, sem saber, você me permitiu voltar às nossas conversas.*

*Para Sorriso:*

*Te conheci quando fui fazer um grupo com trabalhadores das medidas num serviço da assistência social onde você tava numa espécie de programa de jovem aprendiz. Enquanto eu subia a escada pro segundo andar, onde ficava a sala de reuniões, escutei você falando sobre o seu tempo no LA, que tinha acabado uns meses atrás. Curiosa, dei um jeito de puxar assunto contigo. Falei de uma pesquisa que eu tava fazendo e perguntei se você topava marcar um dia pra conversar comigo, que eu voltava ali. Você topou na hora e ainda falou com o menino que tava do seu lado, que também tinha passado pela medida, porque você achava que seria bom eu falar com ele também. Ele é o Likão, você já sabe disso. A gente trocou os contatos e, depois de algumas mensagens, tivemos o primeiro encontro. Nele, convidei vocês pra construir uma escrita coletiva a partir das experiências com a medida.*

*Você sempre falava rápido e bastante, grudando uma história na outra. Queria compartilhar as coisas do seu dia a dia e contar como elas te tocavam e te faziam pensar. Likão e você contavam coisas que podiam endurecer o coração, mas que, nas suas palavras, movimentavam o sangue, fazendo aparecer sempre ideias novas e muitos dilemas também. Por isso, eu achei boa a sua ideia de chamar ele pra conversar junto. Eu acho até que vocês iam se ajudando a falar coisas que eram muito difíceis. Você tinha uma gentileza no seu jeito de escutar e ir sacando que às vezes nem precisa dizer nada, que só ouvir e estar perto já é uma grande coisa.*

*Eu entendi que, pra você, falar da medida é falar das violências e do racismo. Toda vez que a gente se encontrou, era por aí que você ia, mesmo que eu não fizesse nenhuma pergunta nesse sentido. Daí, eu ia escutando e sacando que era isso mesmo, que a medida tinha a ver com as várias humilhações que você passava por parte dos policiais e, mesmo quando você não cumpria mais ela, todos os dias ela aparecia, porque você sabia que era sempre um suspeito e que, por isso, tava sempre em risco de ser revistado e levado pra delegacia.*

*Você falava do medo de voltar a infracionar quando a bolsa que você recebia acabasse, e isso ia acontecer uns meses depois. Eu via que você queria uma vida tranquila quando, em cada história que contava, o seu sorriso aparecia, numa leveza inesperada. Mas, nos dias de tristeza e intranquilidade, duvidava que pudesse ter uma vida boa e calma. Dizia que a sociedade fala que um menino como você tem que mudar, mas não deixa, que parece que ela própria não acredita no que pede. Lembro que me disse que, no tráfico, não tinha esculacho, mas que, foi só começar a trabalhar, que isso de apanhar dos policiais começou. Às vezes, parecia que tanta violência não te abalava. Quer dizer, abalava, mas não te dominava. Você fazia um esforço enorme pra ficar vivo e bem.*

*Pouco a pouco, a gente foi deixando de se encontrar. Isso começou quando transferiram você pra um outro serviço e você ficou totalmente sem entender a razão daquilo. Por que ir pra outro lugar e ficar longe do seu parceiro? Você ficou se perguntando se era alguma punição, mesmo sem encontrar algo de errado que tivesse feito. A nossa última conversa aconteceu quando eu tava no ônibus indo encontrar vocês; eu mandei uma mensagem pra avisar que estava a caminho e você disse que não tava mais lá onde a gente sempre se encontrava, que tinha sido transferido. O seu tom de voz era muito diferente, você parecia preocupado, triste, decepcionado. Disse que tava confuso e que não queria prometer que a gente ia se encontrar de novo. Eu tentei mais algumas vezes, mas parecia que aquelas conversas não cabiam mais. Eu soube de você, por um tempo, pelo Likão. Depois, nem eu e nem ele sabíamos mais o seu telefone. Parece que, quando as coisas vieram assim, tão sem explicação, você ficou num lugar muito ruim tendo que dar sozinho um sentido pra tudo aquilo. Acho que, dentro disso, eu também fiquei um tanto sem saber.*

*Para Likão:*

*Na primeira conversa, você contou que cumpriu o LA por dois anos, junto com a PSC. Antes disso, foram sete dias de internação provisória, esperando a resposta do juiz. De volta ao bairro, foi difícil pra você cumprir as medidas, e teve umas épocas que você nem ia no serviço. Por conta disso, você ficou um ano de busca e apreensão. O LA durou uns dois anos quando você tava sem vontade de cumprir (ou quando não fazia sentido pra você). Naquele tempo, você tava traficando ainda, e me disse que o pessoal da medida não te ajudava, que foram cinco trocas de técnicos, sempre tinha gente entrando e saindo. Daí, por conta disso, você recebia orientações*

*diferentes de cada um deles, e aquela bagunça não te ajudava a ver sentido em ir até lá cumprir a medida.*

*Uns anos depois, você passou a ir, pra que a medida acabasse logo. Não dava mais “pra tapar o sol com a peneira”, foi assim que você me falou. Era melhor quando o técnico dava conselho e não julgava, deixando você decidir sobre a sua vida. As conversas que eram boas te faziam pensar quando você voltava pra biqueira, e fortaleciam, enquanto você estava ali, a vontade de mudar de vida. Eu fui pensando que isso de querer ter conversas melhores com os técnicos, que eles não te dissessem o que fazer, sem nem ao menos escutar as tuas ideias, tinha a ver com a importância de encontrar adultos que te escutassem, uma experiência que, até então, você não tinha tido muitas vezes.*

*Você sempre se mostrou observador, ficando mais em silêncio, escutando o Sorriso falar. Pouco a pouco, ia falando de você também, trazendo várias cenas de quando a polícia te parava na rua. Em muitos dias, isso aconteceu mais de uma vez. Dizia que rótulo é a pior coisa que existe no mundo, porque faz uma pessoa ser julgada sem perguntarem pra ela sobre o que ou por que fez o que fez: “primeiro bate e, depois, pergunta”, você falou assim sobre a polícia. Então, quando era mais preciso, a acolhida vinha da rua e dos amigos que, por conta disso, ficavam num pedestal. Você disse que mesmo quem não presta ocupa esse lugar, porque acolhe e valoriza quem você é.*

*Me contou também das violências que sofreu dentro de casa, porque o seu padrasto te batia bastante quando você era criança. Sabia que não tinha a ver com você, que não era culpa sua o que acontecia, mas isso não fazia as tuas lembranças doerem menos. Te escutando, eu pensava que você tinha a experiência de ter um corpo invadido, de ter as mãos de outras pessoas furtando o prazer do segundo pedaço de bolo (foi quando seu padrasto te bateu porque você comeu mais um pedaço, que era o do seu irmão, que tinha dado o bolo pra você). Nesse dia, que você contava das vezes que tinha apanhado, levantou da cadeira e ergueu a camiseta pra mostrar pra gente a sua barriga e as suas costas. Na sua pele tinha várias cicatrizes deixadas pelas surras. Era bem duro aquilo de que aquele adulto não precisava se explicar enquanto batia sem que ninguém aparecesse pra parar aquilo. Quando você contava aquelas coisas, mostrava uma coisa dura que tinha a ver com o fato de que viver algo diferente te pedia o impossível de ter outra pele, de estar dentro de outra história. Você parecia solitário nas suas cenas familiares, tendo perdido sua mãe e sua avó anos atrás, tateando seus*

*passos enquanto ainda era jovem, investigando como criar seus trajetos para o adulto que viria.*

*Para Curió:*

*Você foi o primeiro com quem eu troquei ideia na festa de Natal. Mesmo assim, demorou um tempo pra gente se encontrar, e quando janeiro chegou, eu nem acreditava mais que ia conseguir conversar contigo. Daí, num dia em que fui no serviço de medidas pra me encontrar com outro menino, você tava lá. Assim que me viu, cobrou o contato que achava que eu não tinha feito. Eu respondi que tinha sido impossível falar contigo no número que tinha me dado, então, você abaixou a cabeça, meio sorrindo, como quem sabia que era difícil de ser acessado. Riu, nós rimos. Eu sugeri uma data pra que a gente se falasse e foi assim que, apesar de eu duvidar que fosse mesmo acontecer, a gente passou a se encontrar.*

*A gente se encontrava no serviço de medidas, na praça lá perto, no seu trabalho, no terminal de ônibus. Eu achava bom que você me dizia onde era melhor pra você, e os horários a gente ia acertando. No caminho que a gente fazia quando se encontrava e decidia ir pra outro lugar, novas conversas sempre iam aparecendo. Elas se davam nos trajetos, na vontade de um conhecer o outro, nos olhares atentos, no momento de atravessar a rua por entre os carros. Falando do dia a dia, a gente passava a falar das coisas da medida.*

*Você gostava de contar histórias de vida que não são fáceis. Tinha vontade de conversar em grupo com outros meninos na praça, tomando um suco e comendo bolacha pra cada um poder falar do seu ponto de vista. Quem sabe, até chegar num acordo. Quem sabe, conversar e não precisar chegar em acordo nenhum. Certo dia, no livro que eu levei (Verzola, 2016), li pra você a notícia de um jornal de 1980 sobre a Febem, complexo do Tatuapé, que falava das péssimas condições ali dentro. A notícia me ajudava a te dizer que uma história nasce de muitos lugares e que, muitas vezes, a gente quase nem pode falar de um começo pras coisas, como se elas ficassem sempre se repetindo. Você se interessou pelo livro, deixei contigo.*

*Pensar sobre a medida te fazia voltar várias vezes numa palavra: ódio. Sentir ódio no corpo, sentir sozinho um sentimento que não é só seu, mas de muitos outros meninos. Ainda assim, às vezes, é sozinho que ele é sentido, quando você não tem com quem falar sobre um sentimento que tem a ver com o mundo e com as coisas que se passam entre as pessoas. Eu acho mesmo que os adultos da medida não aguentam escutar o ódio que um*

*menino sente, só que você me mostrava que conversar te acalmava e que, se eu tivesse medo, você não ia nem poder falar e nem dar um jeito pra ficar mais tranquilo.*

*Você era um menino que, olhando pra trás, procurando o adolescente que tinha sido, se deparava com outros meninos que vivem hoje algo parecido. Contava que lembrava do olhar assustado dos meninos nas unidades de internação, principalmente quando eles chegavam ali pela primeira vez, desconhecedores de tudo o que naquele espaço se encenava. Você desejava que eles não tivessem que enfrentar o que você teve de suportar. Sabia que muitos entram no crime sem ideia de consequência e “pagam” meio desavisados. Você encontra neles o medo, o susto e o não saber também vivido por você, que queria cuidar deles da sua maneira, falando pra eles, com eles, das suas experiências. Você tinha essa confiança de que compartilhar as suas histórias era um jeito de ajudar a cuidar dos mais novos. Tempos depois, conseguiu te reencontrar; trocamos algumas mensagens e, antes de a gente marcar um encontro pra eu ler essas palavras pra você, você sumiu de novo.*

*Para Alemão:*

*Conheci você por conta de um trabalho que eu fiz com meninos e meninas que cumpriam medida. Você era o mais velho do grupo, com 17 anos, e contou histórias da internação, que só você ali tinha vivido, além de falar da violência policial e da vida no bairro. Quando perguntei sobre as coisas que aconteciam ali, disse logo que não podiam fazer nada pra mudar as coisas, porque “o problema é o sistema, e tem sistema em qualquer lugar”. Você dizia que o dinheiro e as leis sempre provocam disputa e brutalidade, e que vocês eram uma parte muito pequena nisso tudo. E muito prejudicada, também.*

*Depois desse dia, nos encontramos novamente no serviço de medidas. Lembro que eu cheguei atrasada num dia de muita chuva e que combinamos um próximo encontro. Passamos a marcar no lugar onde você cumpria a PSC, um equipamento de cultura num bairro próximo do serviço e perto da tua casa. Você ia me dizendo como funcionava melhor pra você e, quando não podia ir, me escrevia. Uma vez, você me mandou uma foto do teu irmão no hospital, você tava lá com ele e me mostrava isso.*

*Em um encontro, disse que entrou pro crime em meio à pobreza. Queria ajudar em casa, mesmo que escondido, porque sua mãe não aceitava aquele dinheiro; também queria comprar um tênis e roupas. O crime oferecia uma*

*moral, uma certa ética que acolhia e te fazia se sentir uma pessoa que importava, que sabia fazer coisas. Mas, daí, isso também foi te levando a pensar que a vida de adulto é ter que lidar com a morte, ter que mudar de bairro pra ficar vivo porque a polícia vem atrás depois que reconhece o rosto na cena do crime. Ao longo do tempo, um amigo teu foi preso, outro sumiu no mundo e, um terceiro, foi morto. Parecia que vida adulta é correr pra sobreviver, ficando sempre no perrengue.*

*Estar na medida é saber que algo é esperado de você, sem saber o que. Não ler o relatório feito pela técnica e nem poder imaginar como esse documento te ajudaria a alcançar o que mais importa na vida: conquistar a tranquilidade de ter dinheiro e independência. Na internação, você disse, o menino come cinco refeições por dia, mas não é fácil. Quase todo mundo é punido por coisas que outra pessoa fez, daí, o tempo da internação vai aumentando. A PSC você achava muito injusta, o mesmo que trabalhar de graça. Sem sentido e sem tarefa que interessasse, era ainda pior. Contava as horas do tempo que não passava e se sentia pouco acompanhado pelo pessoal da medida, que não fazia ideia do teu cotidiano ali.*

*Você me fazia pensar na sua vida como um constante caminhar sobre uma corda bamba, porque entendia que só tinha duas possibilidades de escolha: o crime e o fora do crime. Ensinou que ter direitos também tem a ver com um menino como você poder imaginar futuros e, na sua caminhada, poder ter dúvida, poder errar, poder testar e não querer, poder mudar de ideia, poder não ter medo de morrer assassinado, poder ser cuidado, entre tantas outras coisas.*

*Ensinou a importância de escutar mesmo as coisas mais difíceis, e corrigiu o texto que fiz depois de uma conversa nossa, dizendo que sim, você preferia ter uma arma na mão numa cena de roubo do que arriscar ser preso – é que a prisão, você disse, “é um inferno”. Mostrava que não tem contradição nenhuma querer uma vida mais calma enquanto tinha dúvidas sobre voltar pro crime. É que uma outra vida é uma coisa muito desafiadora pra quem é tão desafiado no dia a dia.*

*Nossos encontros acabaram quando o tempo da PSC acabou; você disse no próprio encontro que era isso mesmo, que não queria mais falar daquelas coisas. A gente se despediu desejando cuidado um pro outro.*

Cada um desses meninos ajudou a compor os textos que subsidiaram as discussões aqui traçadas. Por meio do que contavam e de como corrigiam o que eu escrevia após nossos encontros, emprestavam linhas que permitiam imaginar o que os conduzia à necessidade de escapar em qualquer lugar onde estivessem. Ao falarem de um processo em meio ao socioeducativo que captura ou anula a possibilidade de fabulação do futuro, mostravam que imaginar futuro tem sido um problema. Essa dimensão da medida não se acessa fora da escuta de suas biografias, e inventar um método que auxiliasse tal abertura foi uma imersão necessária.

